



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha. 320

Rubrica 8

PARECER JURÍDICO Nº 111/2022

Consulente: Município de Aquidabã.

Assunto: Aditivo de Prazo. Minuta Contratual.

Cuido de análise do 1º termo aditivo ao Contrato nº 61/2021 (recapeamento asfáltico), destinado à prorrogação do prazo contratual.

Observar a manutenção das condições iniciais de habilitação pela empresa contratada, assim como, recomenda-se, que, previamente à celebração do termo aditivo, seja verificado se existe registro de sanção aplicada à contratada, cujos efeitos a tornem proibida de celebrar contrato administrativo e alcancem o Município.

E, caso possua impedimento para contratar com o poder público Municipal, deve a Administração abonar a imprescindibilidade a manutenção deste contrato, devendo justificar adequadamente que a não prorrogação do contrato ocasionará danos irreparáveis à administração pública ou, ainda, que há impossibilidade fática da realização de nova contratação.

É recomendado, outrossim, que seja anexado aos autos relatório emitido pela fiscalização do contrato, abordando o cumprimento das cláusulas contratuais pelo contratado, os valores já pagos e a avaliação da qualidade dos serviços prestados até o presente momento, inclusive no que tange à eficiência e à economicidade.

Ainda quanto às justificativas técnicas apresentadas, lembre-se que não está na seara do Jurídico avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de prorrogar o ajuste, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.



Moimã 321
Rubrica [assinatura]

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Acerca do elastecimento do prazo contratual, deve-se seguir rigorosamente as prescrições contidas no artigo 57 e 61 da Lei nº 8666/93, bem como a excepcionalidade.

Além disso, a consecução do aditivo fica condicionada ao atendimento das seguintes recomendações:

- Pedido formulado pelo Contratado;
- Justificativa plausível para a prorrogação;
- Confecção do Termo Aditivo antes de findada a vigência inicial do contrato originário;
- Cumprimento dos requisitos de habilitação fixados por ocasião da contratação;

Cabe recordar à CPL a obrigação de bem instruir o processo, acostando aos autos os documentos indispensáveis à correta formalização do procedimento.

Assim e dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, entendemos ser possível, em tese, a formalização do aditivo, desde que atendidas as recomendações alhures, bem como atentar a que determina o art. 61, p.ú., da lei supra.

Este o parecer, Salvo melhor juízo.

Aquidabã/SE, em 20 de dezembro de 2022.

F. Fabricio
FABRÍCIO PEREIRA XAVIER SOUZA
OAB/SE 6174